

André Luis Lopes Bezerra

A Cidade Nova e o Mangue, entre renovação e vazios urbanos

o papel do Estado na produção de desigualdades socioespaciais

Resumo

Na expectativa de consolidação de um projeto de cidade alinhado à lógica de acumulação do capital, muitos dos planos urbanísticos implementados pelo Estado produzem resultados insatisfatórios. Entre os efeitos mais notáveis está o da ausência, representado pelos vazios urbanos. Nesse sentido, o presente trabalho se debruça sobre a história da Cidade Nova, na área central do Rio de Janeiro, e da região do bairro na qual se localizava o baixo meretrício da cidade, a Zona do Mangue, a qual foi objeto de intervenções que objetivavam a sua renovação. Tais projetos, incluindo o de construção da Avenida Presidente Vargas nos anos 1940, se materializaram em uma malha urbana desarticulada do tecido original, repleta de vazios. Além disso, promoveram a remoção de populações estigmatizadas e criminalizadas, o que, à luz da expansão periférica do município, caracteriza o Estado como agente promotor de desigualdades socioespaciais.

Cidade Nova

Projetos urbanos

Rio de Janeiro

Segregação socioespacial

Vazios urbanos

Abstract

In expectation of consolidating a project for a city aligned with the logic of capital accumulation, many of urbanistic plans implemented by the State generate unsatisfactory results. Between the most noticeable effects, there is the absence, represented by urban voids. For that matter, the present study addresses the history of Cidade Nova, in the central area of Rio de Janeiro, and the neighbourhood's region where it was located the town's prostitution area, the Mangrove's prostitution area, wich was object of interventions that aimed at its renewal. Those projects, including the President Vargas Avenue construction plan in the 1940's, materialized into a disjointed urban network from the former fabric, full of voids. In addition, they promoted the removal of stigmatized and criminalized populations, wich, in the light of municipality peripheral expansion, characterizes the State as a promoter agente of socio-spatial inequalities.

Cidade Nova

Projetos urbanos

Rio de Janeiro

Segregação socioespacial

Vazios urbanos

INTRODUÇÃO

A partir do início do século XX, a atuação do Estado brasileiro sobre o espaço urbano tem contribuído para a reprodução das desigualdades socioespaciais por diferentes aspectos: remoções de favelas, políticas habitacionais alinhadas à expansão urbana, instituição de leis e normas urbanísticas de caráter segregador etc. (Brum, 2013). Ademais, outra forma de atuação que pode favorecer a segregação socioespacial urbana advém do estudo das intervenções urbanísticas direta e indiretamente engendradas pelo Estado. Isso porque tais intervenções têm relação direta com a reprodução de um fenômeno característico da cidade após a Revolução Industrial: o vazio urbano (Borde, 2006).

O vazio urbano corresponde aos terrenos e edificações em situação de vacância, que contrastam com o tecido consolidado em seu entorno pelas condições de uso e ocupação, e que não beneficiam a coletividade. Seja por retenção especulativa, questões jurídicas, circunstâncias político-econômicas ou oriundos de intervenções urbanísticas, tais terrenos e edificações têm no fato de não cumprirem uma função social sua característica mais representativa.

O presente artigo investiga a atuação do Estado na reprodução dos vazios. Para a execução de projetos urbanos, com frequência incorre-se em intervenções que levam, em última instância, à redução populacional de áreas bem providas de serviços públicos e próximas dos principais polos de empregos, devido a ações de desapropriação e remoção de populações marginalizadas. Tal fato tem relação direta com a posterior permanência da situação de vacância dos terrenos e imóveis disponibilizados no âmbito das intervenções, que, ao não serem absorvidos pelo mercado imobiliário de acordo com as expectativas dos gestores públicos, convertem-se em vazios urbanos.

Nesse sentido, a construção da Avenida Presidente Vargas, na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1940, e a posterior execução de projetos para a ocupação de suas margens e entorno são exemplos da atuação de governos diversos ao longo do século XX. A acentuação de desigualdades socioespaciais decorrente de tais ações se vincula a um projeto específico de cidade, alinhado à lógica de acumulação do capital. A avenida, importante via de circulação de veículos entre a área central e as zonas norte e oeste da cidade, teve como ônus de sua construção o arrasamento de diversas quadras da área central, dispersando uma população em grande parte formada por trabalhadores negros e imigrantes, e a demolição de edificações de significativo valor histórico (Lima, 2016). Atualmente se tem, entre outras consequências, uma ave-

nida ocupada de forma desarticulada em relação ao tecido urbano em torno, repleta de vazios urbanos ao longo de suas margens, especialmente no trecho em que a via cruza o bairro Cidade Nova.

Nessa localidade, observa-se uma significativa distinção entre o tecido urbano característico da ocupação original das áreas de baixada da região central da cidade do Rio de Janeiro e aquele no entorno do trecho final da avenida. O padrão de ocupação dessa porção do bairro – caracterizado por vazios urbanos de grandes dimensões e edificações de implantação em consonância com os cânones do urbanismo moderno – é reflexo dos projetos urbanos implementados a partir dos anos 1940, inclusive o de construção da via.

Nesse sentido, o foco do presente artigo se dá sobre os vazios urbanos relacionados aos impactos de projetos urbanos. Logo, debruça-se sobre a relação entre o fenômeno e os projetos executados visando a renovação urbana da Cidade Nova pelo Estado, tendo como referência histórica inicial a implantação da Avenida Presidente Vargas.

Primeiramente, faz-se um panorama da história do bairro, incluindo aí a da extinta Zona do Mangue, antiga região de baixo meretrício da cidade, localizada no bairro. A exposição da história do Mangue é relevante, uma vez que os desdobramentos da construção da Avenida Presidente Vargas, bem como dos projetos que ali se materializaram posteriormente, levaram ao esvaziamento da região, mais especificamente no que diz respeito ao uso residencial.

Em seguida, o trabalho apresenta o contexto da construção da avenida e de execução dos planos e projetos implementados na Cidade Nova, a partir da década de 1970. Tais intervenções objetivavam a renovação urbana daquele espaço, levando a desapropriações de imóveis e à expulsão de populações historicamente estigmatizadas por questões de raça e classe social, de maneira a extirpar a presença de atividades consideradas incompatíveis com o projeto de cidade pretendido. Paradoxalmente, deram lugar a lotes e edificações esvaziados durante décadas (e muitos assim permanecem), ao lado de uma ocupação em grande parte devida à construção de edificações públicas e de sedes de empresas e instituições estatais, demonstrando o insucesso da captação esperada de investimentos privados.

OCUPAÇÃO PRIMÁRIA E CONSOLIDAÇÃO

A história da Cidade Nova é mais antiga do que se poderia supor. A região começou a ser ocupada em meados do século XIX, como um natural vetor de

expansão da capital, após as primeiras obras de drenagem dos pântanos que formavam o antigo Mangal de São Diogo (Rio de Janeiro, 2012). Entretanto, já no final do século anterior, famílias de classe mais abastadas já possuíam casas de campo no local (Mesquita, 2007).

A vinda da família real portuguesa representou a primeira mudança relevante no processo de transformação da paisagem da região, conhecida à época como Aterrado. Foi aberto o Caminho do Aterrado, que conectava o Paço Real, na região do Centro (núcleo de ocupação inicial da cidade), à Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, local de moradia da família real portuguesa (Rio de Janeiro, 2012). Além disso, medidas urbanísticas foram implementadas de forma a intensificar as obras de drenagem e aterro do Saco de São Diogo, viabilizando a ocupação dos novos terrenos disponíveis (Abreu, 2010). Tais medidas propiciaram, já em meados do século XIX, a construção do Canal do Mangue pelo industrial Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, que tinha o intuito de sanear a região, foco de mosquitos e doenças, e possibilitar os trabalhos de sua Companhia de Iluminação a Gás¹ (Mesquita, 2007).

A partir dessa e de outras obras, em conjunto ao crescimento populacional da capital do Império, a já denominada Cidade Nova foi sendo ocupada por trabalhadores que, sem ter condições de mobilidade, precisavam morar em locais próximos ao trabalho (Abreu, 2010). As áreas centrais foram se tornando moradia da parcela da população mais desfavorecida, em casebres, sobrados e cortiços; ao passo que as classes mais abastadas passaram a ocupar os bairros do vetor de expansão ao sul do Centro (Mesquita, 2007). A Cidade Nova foi então se consolidando como região residencial, tendo um incremento populacional relevante a partir da abolição da escravatura em 1888 e do afluxo de imigrantes europeus no final do século.

Já no início do século XX, as grandes obras promovidas pelo prefeito Pereira Passos viriam a gerar uma significativa transformação das áreas centrais do Rio. As demandas por concentração e acumulação de capital, bem como os anseios por uma capital federal moderna, condizente com a República recém-proclamada, não condiziam com o tecido urbano colonial que a constituía (Abreu, 2010). Logo, tanto as demolições realizadas para a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) quanto as políticas de “higienização” implementadas no período

¹ Parte do edifício da antiga companhia permanece até os dias de hoje no lado par da Avenida Presidente Vargas. Entretanto, grande parte da fachada histórica veda um estacionamento.

modificaram o padrão de ocupação do tecido urbano das áreas mais antigas da cidade. A magnitude das intervenções da Reforma Passos a levou à alcunha de *Bota-Abaixo*, e, a partir desta, passou a haver um processo de valorização dos usos comercial, de serviços e institucional no Centro, em detrimento do uso residencial (Borde, 2006). Ademais, ao remover da área atividades consideradas incompatíveis com a vida burguesa, a política de “higienização” promovida pelo *Bota-Abaixo* deu início à trajetória da Zona do Mangue, na Cidade Nova, como região do baixo meretrício da capital (Silva, 2016).

A população do Mangue foi crescendo ao longo da primeira metade do século XX, com um incremento substancial da prostituição nos anos 1920, levando à consolidação da atividade na região (Silva, 2016). Segundo Silva (2016), viu-se durante todo o período uma alternância entre momentos de maior e menor coibição dessas por parte do Estado, sendo a região alvo de repressão constante durante os anos da ditadura estadonovista – quando foi construída a Avenida Presidente Vargas.

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS E O TRAÇADO DE UMA CIDADE NOVA

A expectativa e projeto de construção de uma via ampla, no prolongamento da Avenida do Mangue (antigo Caminho do Aterrado) (Fig. 1), remonta ao Plano Agache², engavetado pelas autoridades municipais já no contexto da Revolução de 30 (Abreu, 2010). O plano foi reavaliado posteriormente, sendo o projeto de construção da Avenida Presidente Vargas retomado em 1938, já durante o Estado Novo. “O autoritarismo inerente ao Plano Agache, bem como sua visão monumentalizante do urbanismo [...], ajustou-se como uma luva aos propósitos do novo regime” (Bueno, 2010, p.117).

O início da construção se deu em 1941, sendo cada trecho inaugurado ano após ano nas datas de aniversário do regime (10 de novembro), até a inauguração do trecho final em 1944. Sua implantação promoveu o arrasamento de centenas de imóveis, alguns deles de grande significação histórica e arquitetônica, e a expulsão de parte relevante da população

² O Plano Agache, de autoria do urbanista francês Alfred Agache, é considerado o primeiro plano diretor da cidade do Rio de Janeiro. Contratado pelo prefeito Prado Junior em 1927, Agache propôs, após um exaustivo diagnóstico, uma série de diretrizes para a remodelação, embelezamento e expansão da cidade (Bueno, 2010).

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), s/d.



Figura 1: Fotografia aérea do entorno da Avenida do Mangue, antes da construção da Av. Pres. Vargas

pobre residente nas áreas centrais (Bueno, 2010). Há de se destacar, também, a destruição da histórica Praça Onze de Junho, importante reduto da imigração europeia e judaica do início do século, e, principalmente, da cultura negra e do samba (Bitter, 2015).

A implantação da artéria se deu com recursos de empréstimos do Banco do Brasil, os quais tiveram como garantia os novos lotes urbanizados, prevenindo-se o retorno financeiro do vultoso investimento a partir de sua ocupação e verticalização (Abreu, 2010). Todavia, de acordo com Abreu (2010), alguns fatores em parte frustraram tal expectativa nos anos posteriores à inauguração, como: a atratividade ao capital imobiliário exercida pela Zona Sul da cidade; a afirmação de Copacabana como um novo polo de serviços e lazer; e a forte valorização da tradicional Área Central de Negócios (ACN), nas imediações da Avenida Rio Branco.

Como resultado, a execução da via promoveu um relevante decréscimo populacional da área central da capital federal, que embora já viesse ocorrendo nas décadas anteriores, foi impulsionado pela obra (Abreu, 2010). Isso porque sua construção exigiu a desapropriação e demolição dos quarteirões urbanos que estavam sobre o seu traçado, levando assim à

remoção de parte da população da região, constantemente estigmatizada e associada à degradação urbana. No trecho da antiga Avenida do Mangue, por exemplo, Vargas considerava os antigos quarteirões proletários em suas margens um entrave ao projeto moderno que desejava implementar na cidade (Borde, 2016). Assim, segundo Lima (2016), o Estado exerceu seu poder de controle, dispersando a população pobre formada em grande parte por negros e imigrantes europeus, que habitavam espaços simbólicos como a Praça Onze.

Após o fim do Estado Novo em 1945, o controle policial foi reduzido e as redes de sociabilidade – estabelecidas nos anos anteriores ao Estado Novo entre os vários atores do Mangue (prostitutas, bicheiros, policiais, traficantes) – retomadas, levando à formação da chamada República do Mangue³.

Todavia, a severa repressão estatal se impôs nova-

3 A coibição da exploração sexual por parte de cafetinas e cántens, nos anos 1950, levou ao impedimento da entrada e permanência desses nas casas de prostituição e tolerância. A administração das casas passou a estar a cargo das próprias prostitutas, em uma espécie de rodízio, sob vigilância das forças policiais; o período ficou conhecido como República do Mangue (Silva, 2016).



Figura 2:
Zona do Mangue

Fonte: Alcyr Cavalcanti, 1973. Disponível em arfoc.org.br.

mente a partir do golpe civil militar de 1964, quando grande parte das casas, bordéis e bares passaram a sofrer com constantes desapropriações (Simões, 2010). À época, segundo Silva (2016), o delito de vadiagem era utilizado frequentemente para encarcerar, punir e torturar pobres, prostitutas, negros e homossexuais.

Essas ações eram também reflexo das diversas intervenções urbanas executadas naquele espaço, especialmente a partir dos anos 1970. Realizadas pelo Estado, as intervenções urbanísticas encontravam embasamento técnico no Plano Doxiadis⁴, ao estabelecer as diretrizes para a renovação do Mangue, particularmente em sua articulação com a Avenida Pres. Vargas. O plano, de autoria do urbanista grego Constantinos Doxiadis, estabelecia que “em uma área com usos considerados incompatíveis [...] com a nova artéria urbana, identificados como ‘degradação urbana’ [...], e que, por este motivo, deveria ser objeto de renovação urbana” (Borde, 2006, p. 140).

Segundo Mesquita (2007), o Plano Doxiadis instrumentalizou a criação de planos e leis específicas para a área do Mangue e adjacências: o Plano da Cidade Nova em 1966, no âmbito da CEPE⁵; o Plano

Diretor de Renovação da Cidade Nova em 1974, já no âmbito da SEPE⁶. Ambos previam uma série de obras com o intuito de modificar o padrão de ocupação da área, com a supressão de ruas e inúmeras desapropriações, para dar lugar a edificações de uso comercial, residencial e de serviços, aplicando conceitos modernos de urbanismo (Mesquita, 2007).

A ocupação da área, entretanto, contrariou as expectativas. Tanto a realocação de investimentos imobiliários para a nova área de expansão da cidade, a Barra da Tijuca, quanto a redução da receita para investimentos públicos ocasionada pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro minaram a concretização dos objetivos dos planos (Sampaio, 2016). Assim, ao final dos anos 1970, a região se encontrava completamente descaracterizada, conforme analisado pelo Plano de Renovação da Cidade Nova, de 1980. Embora não tenha sido implementado, este destacava que “a paisagem da Cidade Nova hoje é a de um campo de guerra: grandes áreas demolidas ou semidemolidas, alguns empreendimentos novos cercados de terrenos baldios, ruas esburacadas e edificações em acelerado processo de deterioração” (Rio de Janeiro, 1980, p.11, apud Mesquita, 2007, p.71).

Além disso, há de se destacar o impacto das normativas urbanísticas instituídas no período que restringiam o uso residencial nas áreas centrais da ci-

4 O Plano Doxiadis foi elaborado em 1965 para orientar o desenvolvimento urbano da cidade, quando esta se encontrava circunscrita ao Estado da Guanabara (1960-1975). De autoria do urbanista grego Constantinos Doxiadis, o plano urbanístico propunha a realização de operações por todo o território, entre elas uma série de conexões viárias que deram origem a algumas das principais vias expressas da cidade do Rio.

5 Comissão Executiva de Projetos Especiais, criada durante o

governo de Negrão de Lima (1966-1970).

6 Extinta a CEPE, o governador Chagas Freitas (1971-1975) criou a Superintendência Executiva de Projetos Especiais.

dade. De acordo com Sampaio (2016), a edição do decreto 3.800/1970⁷ limitou o uso residencial nas áreas centrais ao proibir a construção de novas residências e tolerar as existentes, abstraindo as especificidades de locais tais qual a Cidade Nova. Após a dissolução do Estado da Guanabara em 1975, o decreto 322/1976 manteve tal determinação, embora tenha modificado o zoneamento vigente dos morros da região portuária, tornando-os zonas residenciais (Sampaio, 2016).

VAZIOS URBANOS E A RENOVAÇÃO URBANA EM CURSO

A atuação direta do Estado sobre o recorte espacial deste estudo se refletiu tanto na modificação de seu padrão de uso e ocupação quanto na reprodução de vazios urbanos. Tais intervenções podem ser ilustradas por abordagens distintas ao longo da segunda metade do século XX e no início do século XXI. Em um primeiro momento, entre os anos 1970 e 1990, a atuação caracterizou-se por intervenções urbanísticas que buscavam promover a renovação urbana da área, quando foi construído o Centro Administrativo São Sebastião (CASS); ao ser iniciada a implantação da infraestrutura metroviária; e quando se deu a implementação do projeto Teleporto, na década de 1990. Posteriormente, a partir dos anos 2000, houve um novo impulso na ocupação dos vazios da região, com ações direcionadas sobretudo em função dos preparativos e realização dos megaeventos esportivos na cidade – Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016).

O CASS, novo complexo administrativo da Prefeitura do Rio, foi construído durante os anos 1970 e no início dos anos 1980, tendo sido inaugurado em 1982 (Ponso, 2017). A construção do conjunto almejava a centralização das secretarias municipais que, até então, alternavam-se entre vários endereços da cidade (Bueno, 2010). Explicava-se também em função do objetivo de revitalização da região, entendida pelas autoridades como um espaço de degradação, devido, em especial, à presença de atividades como a prostituição, a contravenção e o tráfico de drogas (Silva, 2016).

O projeto previa a construção de um conjunto de edifícios, mas apenas um foi erguido, o qual abriga atualmente as secretarias municipais e o gabinete do

prefeito (Bueno, 2010). O processo de renovação urbana teve de ser interrompido pela falta de recursos para novas desapropriações e construções, deixando inúmeros terrenos vazios em quadras inteiras já demolidas (Mesquita, 2007).

Já o plano da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro começou a ser executado em 1975, após a cidade do Rio de Janeiro tornar-se a capital do estado homônimo (Bueno, 2010). A concretização do Plano Integrado de Transportes (PIT METRO)⁸, de 1977, transformou diversas áreas da cidade em verdadeiros canteiros de obra, causando grandes transtornos à população fluminense.

Juntamente com a construção do CASS, as obras do metrô levaram à desapropriação de diversos imóveis e ao agravamento do controle policial contra a população do Mangue, em pleno período ditatorial (Silva, 2016). Além disso, o metrô inviabilizou a ocupação posterior de diversos terrenos na região, por questões técnicas, haja vista a restrição da construção de edificações em superfície. Tal impossibilidade se tornou um dos fatores para o esvaziamento de muitos lotes, cuja permanência também os configurou como vazios urbanos.

Outro projeto relevante para explicar a transformação da Cidade Nova, na área da antiga Zona do Mangue, é o Teleporto. O projeto foi lançado no início dos anos 1990 na cidade do Rio, fundamentado na proposta implementada na década anterior em Nova York (Derbli, 2006). Este previa a construção de novos quarteirões destinados a empreendimentos de alta tecnologia, cuja infraestrutura possibilitaria sua interligação aos grandes centros mundiais por meio da internet (Lima, 2016).

Para viabilizar o plano, a primeira fase foi executada pela prefeitura, modificando, por decreto, a legislação urbanística da área prevista para a sua implantação; e realizando obras de infraestrutura, de reurbanização e de construção de um estacionamento subterrâneo. A segunda fase, que previa a participação intensa do capital privado, esbarrou em inúmeras dificuldades que frustraram as expectativas iniciais dos gestores públicos (Mesquita, 2007). Ademais, os avanços tecnológicos à época levaram o poder público a instalar a tecnologia de fibra ótica por toda a cidade, tornando-se desnecessário concentrar as empresas na Cidade Nova (Lima, 2016).

Os resultados da renovação urbana pretendida

7 O decreto 3.800/1970, que aprovou os Regulamentos Complementares à Lei do Desenvolvimento Urbano do (extinto) Estado da Guanabara, considerava o uso residencial “tolerado” ou proibido nas áreas centrais da cidade, o que não permitia novas construções residenciais (Sampaio, 2016).

8 O Plano Integrado de Transportes (PIT METRO), lançado em 1977 na gestão do governador Faria Lima, tratava específica e setorialmente da rede metroviária. Após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a Região Metropolitana do Rio se tornava o eixo das preocupações do território estadual, o que justificava a elaboração de um plano de transportes (CAU RJ, 2013).

Figura 3:
Fotografia aérea
do entorno da Av.
Pres. Vargas, na
Cidade Nova



Fonte: Bueno; Taitelbaum, 2010.

foram a construção de um edifício⁹, mais desapropriações e o “tiro de misericórdia” do Mangue, já que os últimos resquícios do casario que compunha a região foram demolidos. Segundo Simões (2010), a Vila Mimosa, último reduto do baixo meretrício, foi então deslocada pelas prostitutas e cafetinas para um bairro vizinho (São Cristóvão).

A partir dos anos 2000, alguns dos vazios urbanos da fração urbana aqui analisada foram sendo ocupados por edificações diversas que mantiveram um padrão de ocupação similar ao pretendido nos planos de renovação urbana do passado. Embora as intervenções sobre o espaço consolidado do bairro tenham sido refreadas nos anos 1980, haja vista as ações em prol da preservação dos conjuntos urbanos históricos das áreas centrais (Sampaio, 2016), os empreendimentos construídos na área do antigo Mangue influem para a acentuação de seu caráter de extensão da ACN. Destaca-se, por exemplo, a implantação do Centro de Convenções SulAmérica (2007), cuja incorporação e construção se deu com participação de

capital da Prefeitura do Rio (Sulamerica, [s.d.]); e do edifício Universidade Petrobras (2007).

Já mais recentemente, a cidade do Rio foi palco de relevantes eventos esportivos que movimentaram as diversas esferas do Estado e inúmeros agentes econômicos, tendo sido uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol (2014) e a sede dos Jogos Olímpicos de 2016. De acordo com Oliveira (2016), a realização dos chamados megaeventos insere-se em uma agenda que impulsiona cidades no mundo todo para uma competição ferrenha por investimentos, sendo a retórica dos “legados” um elemento conveniente para a legitimação do direito de sediar tais competições.

Nesse sentido, a Cidade Nova recebeu alguns dos equipamentos associados à preparação para as competições, como o Centro de Operações Rio – COR (2010), que concentra serviços de monitoramento da cidade e integra grupos de diversas secretarias municipais para atuação em momentos de crise; e o Centro Integrado de Comando e Controle – CICC (2013), implantado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, o qual articula as operações de vários órgãos de segurança pública utilizando-se de ampla infraestrutura de vigilância (Freitas, 2018).

Além disso, outras construções foram erguidas na região, como a nova sede da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE/ RJ

⁹ O primeiro (e único) edifício construído no âmbito do Teleporto foi o Centro Empresarial Cidade Nova, inaugurado em 1995 e de incorporação do Fundo de Seguridade Social da Companhia Vale do Rio Doce, à época uma empresa estatal (Derbli, 2006).

(2011), localizada na Avenida Presidente Vargas; o edifício da Petrobras Distribuidora – BR Distribuidora (2013); a sede do Operador Nacional do Sistema Elétrico no Rio de Janeiro – ONS (2013); e o edifício Eco Sapucaí (2015), empreendimento privado construído no terreno da antiga fábrica da cervejaria Brahma, demolida em 2011 (Mattos, 2016).

Todas essas obras recentes, em boa parte associadas à administração pública e empresas estatais, não só reforçam a renovação urbana iniciada nos anos 1960, por meio da ocupação dos vazios remanescentes dos planos e intervenções urbanísticas, como também deflagram novos processos sobre o tecido tradicional do bairro. A regeneração urbana da Rua Nery Pinheiro, por exemplo, próxima a vários dos novos empreendimentos construídos a partir do início deste século, tem induzido um processo marcante de gentrificação (Mattos, 2016; Sampaio, 2016).

Logo, a antiga região do baixo meretrício é atualmente ocupada de modo incipiente e pontual por novas edificações implantadas de forma isolada nos lotes, em um desenho urbano distinto de sua ocupação original, desarticulado das regiões não afetadas diretamente pelas intervenções. E além da modificação do padrão de uso e ocupação (Fig. 4), outra consequência notória é aquela representada pelos vazios urbanos. Nessa área, ainda que tenham sido lançados inúmeros empreendimentos recentemente,

a presença de terrenos (alguns deles de grandes dimensões) que não cumprem uma função social é marcante (Fig. 5).

Tal condição é reflexo de políticas que contribuíram significativamente para a promoção de uma cidade desigual, o que é notável ao analisar a contradição entre o tecido urbano consequente das intervenções urbanísticas e aquele originário da expansão da cidade a partir do século XIX (Fig. 4 e 5). Ademais, a implementação dos planos e projetos a partir dos anos 1960 se deu em concomitância a um processo de favelização e ocupação das áreas periféricas do município, em proporções inéditas, induzido pelo poder estatal e incentivado por agentes privados (Brum, 2013). Tudo isso corrobora Abreu (2010), quando este afirma que os padrões de distribuição socioespacial na cidade teriam sido altamente influenciados pelo Estado através do tempo, seja por suas ações ou omissões.

Assim, é necessário ressaltar que a ocorrência dessa configuração espacial se dá em uma área bem provida de serviços e equipamentos urbanos. Há de se questionar também o fato de que tal processo de esvaziamento não tenha se dado somente por questões estruturais ou conjunturais, isto é, pela obsolescência de atividades produtivas (determinada pela transformação das funções urbanas) ou por circunstâncias sociais, econômicas e jurídicas. Isso porque a atuação

Fonte: Produzido pelo autor, 2019.

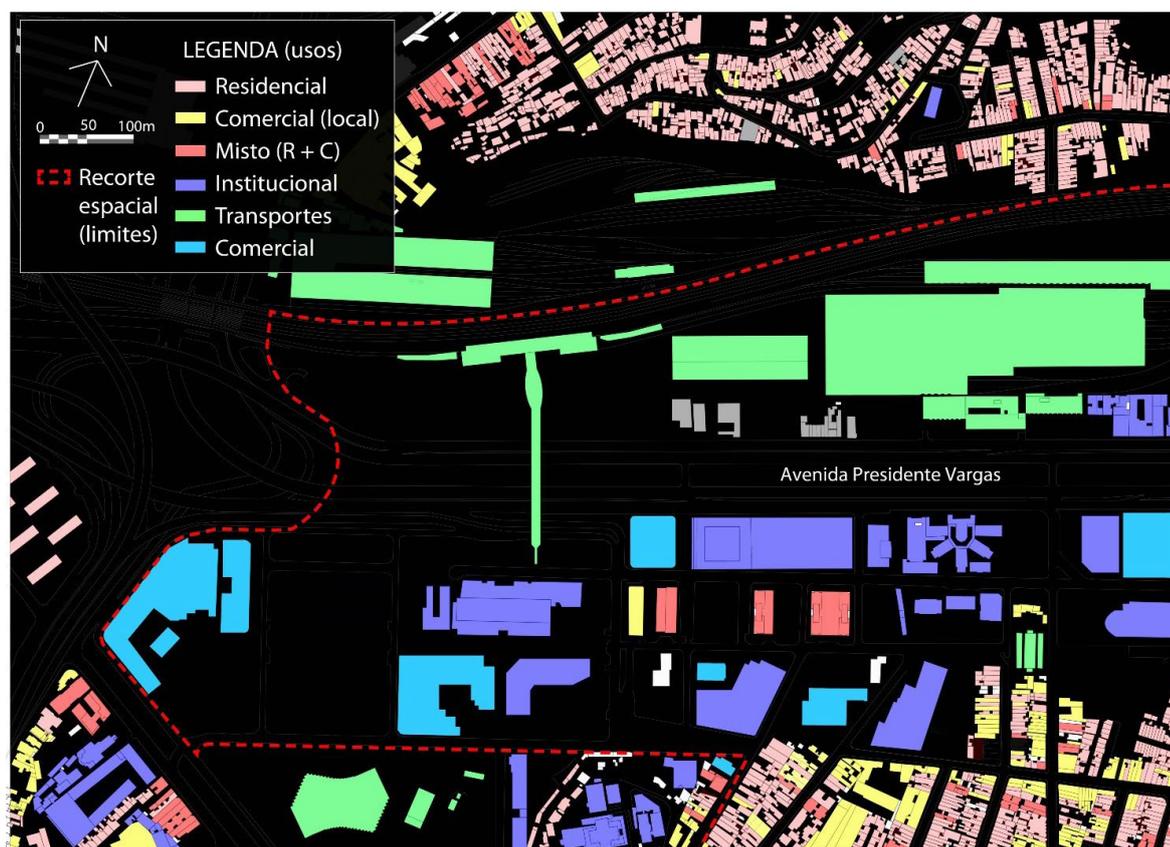


Figura 4: Planta fundo-figura de usos do recorte espacial

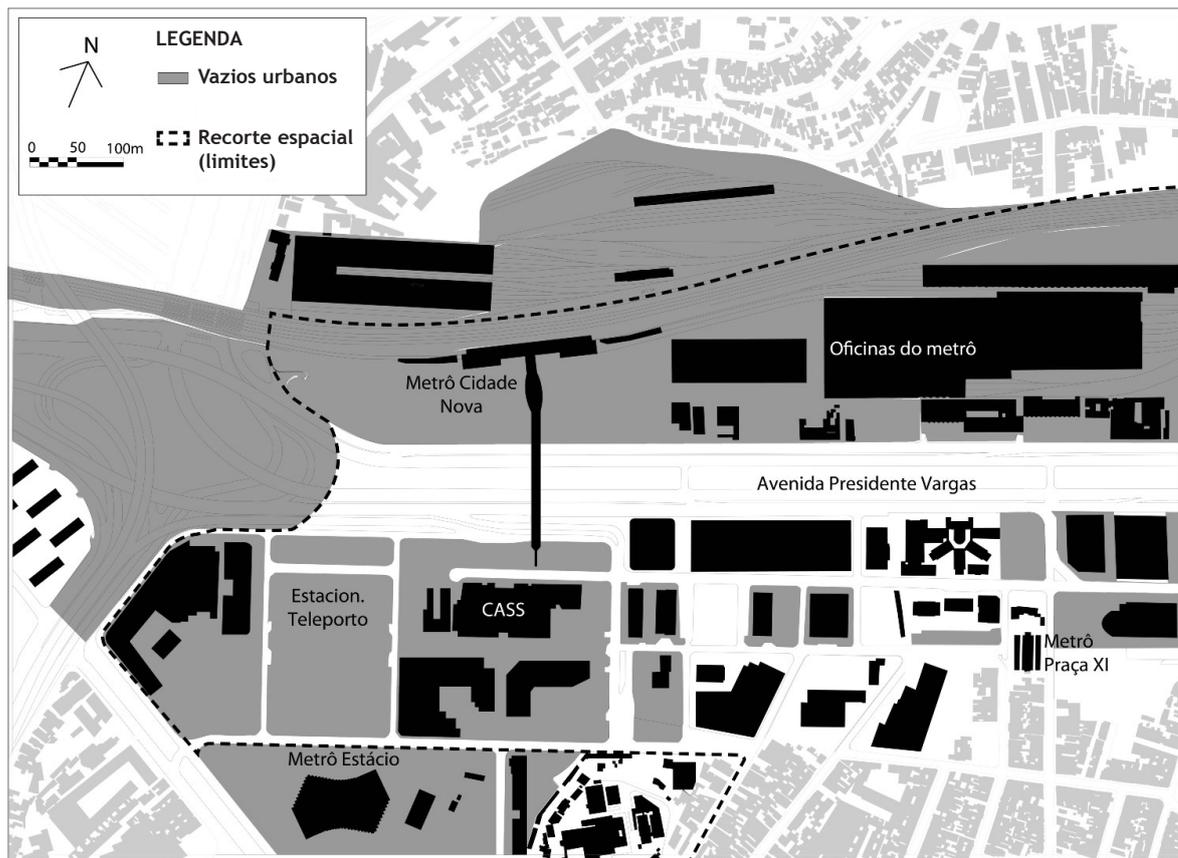


Figura 5: Planta figurafundo do recorte espacial

Fonte: Produzido pelo autor, 2019.

direta do Estado sobre o espaço urbano também contribuiu para o esvaziamento de terrenos e edificações e para a permanência destes como vazios urbanos projetuais, isto é, aqueles oriundos da normativa urbanística ou de intervenções urbanas (Borde, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto anteriormente, a Cidade Nova apresentava até o início do século XX uma ocupação composta em grande parte por operários e populações de baixa renda. Ao longo das décadas seguintes, a sub-região historicamente conhecida como Mangue foi se afirmando como a zona do baixo meretrício da cidade.

Na década de 1940, a construção da Avenida Pres. Vargas foi a primeira grande obra a promover modificações significativas na região, gerando rupturas em seu tecido urbano e contribuindo para o seu futuro esvaziamento. A partir dos anos 1960, a supressão de ruas, as constantes desapropriações e a repressão a populações estigmatizadas foram sendo justificadas tendo em vista os objetivos higienizadores de renovação de uma área deteriorada e criminalizada. Processo este que se impõe com as obras de construção do CASS e do metrô do Rio, mantém-se com a implantação do Teleporto na primeira metade

dos anos 1990 e redesenha-se nas primeiras décadas do século XXI.

Entretanto, as expectativas recorrentes de desenvolvimento econômico se frustravam pela irregularidade da capacidade de investimento público e pelo descompasso deste com a dinâmica dos fluxos de capital. O resultado prático foi a configuração de uma porção da área central marcada tanto pela presença de grandes vazios urbanos quanto por edifícios pontuais (em grande parte públicos e de empresas estatais), que guardam pouca ou nenhuma referência com a ocupação original.

Ademais, tais projetos tornaram o uso residencial da antiga área do Mangue irrisório, devido ao drástico esvaziamento consequente das desapropriações de imóveis e remoções da população residente originalmente. Situação agravada pela legislação que restringiu o uso residencial nas áreas centrais no fim dos anos 1960, em um momento de expansão da mancha urbana pela favelização e ocupação de sua área periférica.

Consequentemente, em uma região bem provida de serviços públicos e próxima aos principais equipamentos urbanos da cidade, o que se constata é o direcionamento de investimentos na conservação de um ambiente urbano subutilizado. O contraste entre esta porção do bairro – localizada na área central no município do Rio – e os empreendimentos habitacionais

periféricos destinados às populações de baixa renda, em geral pouco acessíveis e dotados de precária infraestrutura, revela o caráter segregador dos projetos de renovação urbana executados pelo Estado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2010.
- BITTER, Daniel. Narrativas de memória e performances musicais dos judeus cariocas da “Pequena África”. **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 39, p.121-149, 2015.
- BORDE, Andréa de L. P. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: PROURB, 2006. 226 p.
- BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. Rio de Janeiro: **O Social em Questão**. Ano XVI nº 29. 2013.
- BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. **Avenida Presidente Vargas: Um desfile pela história do Brasil**. Rio de Janeiro: Arco, 2010.
- CAU/RJ. Região Metropolitana: Mobilidade, Transportes públicos e Planejamento Integrado. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, p. 1-2. 07 ago. 2013. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/retratos-da-arquitetura-4/>. Acesso em: 07 fev. 2020.
- DERBLI, Heitor. **Edifícios empresariais como marco do processo de transição na arquitetura carioca: A Noite; Avenida Central; Centro Empresarial Rio e Teleporto**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- FREITAS, João A. de. **A invenção da cidade inteligente Rio: uma análise do centro de operações rio pela lente das mobilidades (2010-2016)**. 2018. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Política e Bens Culturais, Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.
- LIMA, Evelyn F. W. De Teatro do Poder a Centro Financeiro e Administrativo: Sete décadas de transformações na Avenida Presidente Vargas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 157-174, 2016.
- MATTOS, Guilherme M. M. de. À margem da preservação: o patrimônio edificado da Avenida Presidente Vargas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 10, p.213-229, 2016.
- MESQUITA, Claudia B. **Memória viva de um bairro que resiste: Reflexos de obsolescência na APAC da Cidade Nova e adjacências**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- OLIVEIRA, Nelma G. de. Os megaeventos esportivos e a retórica do legado: uma operação contábil que se converte em discurso. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Ane M.; SANCHÉZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício L. de (orgs). **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- PONSO, Fabio. Sedes da Prefeitura do Rio, do Campo de Santana, em 1892, ao Palácio da Cidade. **O Globo**. Rio de Janeiro, 02 jan. 2017. Acervo O Globo, p. 1-2. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/sedes-da-prefeitura-do-rio-do-campo-de-santana-em-1892-ao-palacio-da-cidade-20169039>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- RIO DE JANEIRO (Município). Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Vila Operária da Cidade Nova/Catumbi. In: RIO DE JANEIRO (Município). IRPH. **Guia das APACs**. Rio de Janeiro: IRPH, 2012. v. 4. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172406/guia04.compressed.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- SAMPAIO, Andréa da R. Um olhar sobre a história do urbanismo da Área Central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 10, p.193-212, 2016.
- SILVA, Claudielle P. da. **“Flores horizontais”:** sociabilidade, prostituição e travestilidade na zona do mangue (1960-1970). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.
- SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosas: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.
- SULAMÉRICA, Centro de Convenções. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.ccsulamerica.com.br/default.aspx>. Acesso em: 08 março 2020.